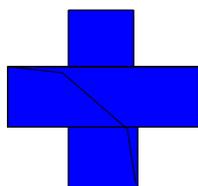




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA DUCENTÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CES-MT

1 **Ao décimo oitavo dia do mês de junho de 2008**, às quatorze horas e trinta minutos, deu início à
2 **ducentésima terceira** reunião do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso, sendo esta a
3 **quadragésima nona reunião extraordinária**. A Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde
4 informou ao Pleno que para esta sessão deveria ser indicado **Presidente ah doc**, em função das
5 ausências do Presidente e da Vice-Presidente. O Pleno deliberou que o **Conselheiro Edvande França**
6 presidisse a sessão. Conferido o quorum, com aprovação, iniciamos a reunião. **Conselheiro Carlos Eilert**
7 solicitou que fossem agendadas por este Conselho todas as audiências públicas em relação à saúde que
8 procederá a leitura: 24 de junho sobre a efetivação dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate
9 às Endemias; 26 de junho sobre o uso indevido de drogas e tráfico ilícito, em Várzea Grande; 30 de junho
10 sobre a construção do novo hospital HJUM; 07 de julho sobre a assistência farmacêutica e o MT-Farma;
11 08 de julho sobre a retomada das medidas e procedimentos para realização de transplantes renal. Disse
12 que a Assessoria de Imprensa da SES deveria ter colocado estas agendas na página da SES, e observou
13 mais uma vez a ausência dessa Assessoria nas reuniões do Colegiado. Disse que observou um belo
14 cartaz exposto no mural da SES, que trazia a propaganda da ação de uma Superintendência, mas a logo-
15 marca do SUS estava quase imperceptível, embora fosse financiado por ele. **Conselheiro Joacy**
16 **Leopoldino** informou que a intenção da Comissão de Comunicação é transformá-la em Assessoria de
17 Comunicação e que o Conselheiro Jose Carlos Bazan está analisando o projeto. Disse que a Comissão
18 está confeccionando cartões de visitas, folder e cartilha de orientação. **Conselheiro Antonio Cordeiro**
19 disse que a audiência pública a respeito dos transplantes foi solicitada pela sua entidade, no sentido de
20 mobilizar e reiniciar os debates sobre a matéria. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que nesta nova
21 estruturação da Comunicação que o jornalista seja contratado recebendo o salário de acordo com o piso
22 da categoria e não como está hoje a jornalista contratada como auxiliar administrativo, pelo IDEP. A
23 seguir iniciamos nosso ponto de **PAUTA: Relatório de Gestão da SES Referente ao Primeiro**
24 **Trimestre do Exercício 2008 – Apresentação, discussão e encaminhamentos** – A Coordenadora de
25 Planejamento e Orçamento, **Lucinéia Soares**, coube a responsabilidade pela apresentação. Disse que
26 esta apresentação vem de encontro ao que dispõe a resolução n.º 333/03/CNS. Disse que ficou acordado
27 com a Comissão de Planejamento e Orçamento do Conselho que a metodologia de apresentação seria
28 diferenciada privilegiando o trabalho das comissões, mas não conseguiram avançar e dentre os motivos a
29 produção ambulatorial e hospitalar que não se encontra na apresentação, já justificada pela área técnica
30 para a Comissão. Por isso não conseguiram trabalhar com as comissões do CES. Disse que espera para
31 o segundo trimestre avançar nesta proposta de metodologia. Iniciou a apresentação mostrando leitura
32 complementar de receita, empenho e liquidação, como subsídio para fundamentar a análise. No primeiro
33 slide trouxe a apresentação das auditorias iniciadas e concluídas durante o período e o segundo o
34 montante da aplicação do recurso que se trata da execução orçamentária e financeira e a terceira parte
35 seria a produção ambulatorial e hospitalar, que como fora dito, não será apresentado tendo em vista os
36 problemas com o sistema. Iniciou a apresentação com os relatórios conclusos em 2008, disse que não
37 seria necessário fazer a leitura, pois ele já tinha sido encaminhado com antecedência aos Conselheiros.
38 Mostrou também os relatórios conclusos no mês de fevereiro sobre auditoria. **Conselheira Maria**
39 **Aparecida** disse que analisou a parte da auditoria e todos os procedimentos da situação final diz que ‘foi



SUS

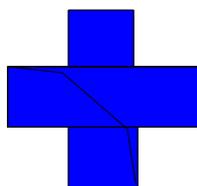
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

40 encaminhado para a gestão', mas os Conselheiros não têm conhecimento de como estas questões
41 encaminhadas estão. Perguntou se os Conselheiros terão um momento para que fossem esclarecidos.
42 Prosseguindo, com a apresentação, **Lucinéia Soares**, mostrou o relatório das auditorias concluídas em
43 março, as prestações de contas e os pareceres do trimestre. Entrando a apresentação na parte
44 orçamentária da SES, com duas unidades orçamentárias. Recursos destinados a folha de pagamento e
45 encargos sociais financiados pela fonte 134, e o FES financiado por quatro fontes: 134, 112, 240 e 261.
46 Para melhorar o entendimento mostrou gráficos com percentual de execução por programa, sendo nove
47 finalísticos. A primeira parte é da SES, com três programas: Apoio Administrativo, operações especiais e
48 a previdência. No FES temos três programas: Apoio Administrativo, Gestão Tecnológica, Efetivação da
49 Política de Assistência Farmacêutica, Efetivação da Atenção Básica, Consolidação das Ações de
50 Vigilância em Saúde, Reorganização da Rede de Média e Alta Complexidade, Aperfeiçoamento do
51 Processo de Gestão da SES, Implementação do Processo de Gestão do SUS, Política de Investimento
52 nas Ações de Promoção, Prevenção e Proteção à Saúde e as Operações Especiais. Na primeira Unidade
53 Orçamentária – SES, temos: **Apoio Administrativo – folha de pagamento e Núcleo Sistêmico;**
54 **Operações Especiais – recolhimento do PIS/PASEP e recolhimento de abono** que traz a seguinte
55 observação: cumprindo o que foi determinado na leitura do RAG 2007 o parcelamento de encargos
56 sociais; **Previdência de Inativos e Pensionistas – recolhimento de encargos e obrigações**
57 **previdenciárias** que traz a seguinte observação: no cumprimento de um decreto e uma lei ainda ficaram
58 na responsabilidade do Estado. Na Unidade Orçamentária – FEZ – temos os Programas: **APOIO**
59 **ADMINISTRATIVO** – manutenção de serviços de transportes, serviços administrativos gerais, ações de
60 informática, publicidade institucional de propaganda e manutenção da secretaria administrativa do núcleo
61 sistêmico; **PROGRAMA 996** – disse que ele está dentro do Fundo por que é um recolhimento que tem
62 que ser feito para o PIS/PASEP dentro do recolhimento das Ações de Vigilância; **GESTÃO DA**
63 **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** – modernização da tecnologia da informação da SES; **EFETIVAÇÃO**
64 **DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA** – fornecimento de medicamentos e material
65 hospitalar e laboratoriais, gestão administrativa da gestão da assistência farmacêutica, promoção da
66 assistência farmacêutica básica e insumos estratégicos para os municípios, atendimento a população
67 com medicamentos excepcionais; **EFETIVAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA A PARTIR DA ESTRATÉGIA**
68 **DE SAÚDE DA FAMÍLIA** – expansão e consolidação da estratégia de saúde da família, expansão e
69 manutenção da atenção básica nos assentamentos rurais, expansão e manutenção das equipes de saúde
70 bucal, promoção da institucionalização do monitoramento e avaliação da atenção básica, política de
71 saúde da mulher e da criança, da política de alimentação e nutrição, política de atenção ao idoso, política
72 do adolescente e jovem, política de atenção a saúde mental, política de atenção a saúde indígena,
73 política de atenção ao sistema penitenciário; **CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA EM**
74 **SAUDE** – fortalecimento do MT-Laboratório como referência estadual para ações de vigilância em saúde,
75 vigilância das ações de agravos transmissíveis e não transmissíveis, ampliação e fortalecimento das
76 ações de vigilância sanitária, efetivação das ações de saúde do trabalhador, consolidação das ações de
77 vigilância em saúde ambiental; **REORGANIZAÇÃO DA REDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**
78 **COM FOCO NA REGIONALIZAÇÃO** – coordenação e reorganização da rede ambulatorial de alta e



SUS

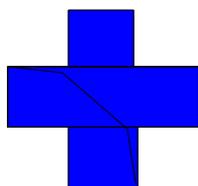
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

79 média complexidade, coordenação e organização da rede hospitalar, apoio, ampliação e reestruturação
80 dos consórcios intermunicipais de saúde, fornecimento de hemocomponentes e hemoderivados de
81 qualidade aos usuários do SUS, garantia de atendimento especializado a pessoa com deficiência,
82 coordenação e implantação da supervisão técnica das unidades descentralizadas de reabilitação;
83 **APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE GESTÃO DA SES** – manutenção das unidades ambulatoriais
84 e hospitalar da SES, manutenção dos serviços dos Hospitais Regionais, modernização administrativa
85 para melhoria da gestão e efetivação da gestão de planejamento e finanças; **IMPLEMENTAÇÃO DO**
86 **PROCESSO DE GESTÃO DO SUS** – consolidação das ações de auditoria, fortalecimento da gestão
87 regionalizada do SUS, operacionalização da gestão plena do SUS, operacionalização Interestadual do
88 TFD, efetivação da política estadual de transplantes, fortalecimento e desenvolvimento da promoção da
89 saúde, implementação do sistema estadual de regulação, ampliação e fortalecimento da participação e
90 mobilização social em defesa do SUS, implantação da política nacional de humanização, fortalecimento
91 da Comissão Intergestores Bipartite e Câmaras Técnicas, incentivo a política nacional de urgência e
92 emergência, implementação das políticas públicas de saúde, monitoramento e avaliação das políticas
93 estadual de saúde, fomento a pesquisa e inovação tecnológica do SUS, formação dos trabalhadores,
94 lideranças comunitárias e movimentos sociais, gestão administrativa da ESP, ações complementares e
95 descentralização da assistência à saúde, implementação da política de gestão do trabalho no SUS,
96 implementação e fortalecimento das ações de monitoramento, controle e avaliação no nível central e
97 unidades regionais da SES; **POLÍTICA DE INVESTIMENTO NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO,**
98 **PROMOÇÃO E PROTEÇÃO A SAÚDE** – obras, reformas e ampliação na rede de saúde, manutenção de
99 estabelecimentos de saúde e construção de estabelecimentos assistenciais de saúde. Resumindo, a
100 análise da Coordenadoria de Planejamento é como se refere ao primeiro trimestre de 2008 a maioria das
101 ações está igual no orçamento inicial e final, por que ainda estão iniciando o processo de execução das
102 ações, não havendo alteração no que foi planejado. A maioria de despesas empenhadas é de caráter
103 contínuo do Estado, ou seja, contratos administrativos de manutenção, tarifas e obrigações da SES, fundo
104 a fundo e convênios para manter a manutenção ambulatorial e hospitalar. Disse que as demais áreas que
105 realizam ações pontuais estão com processo inicial e somente a partir do segundo trimestre que
106 poderemos visualizá-las nitidamente. **Conselheiro José Carlos Bazan** procedeu a consideração da
107 Comissão de Planejamento e Orçamento. Disse que o orçamento 2008 se o analisarmos em relação a
108 2007 observaremos um pequeno salto que seja reflexo daquela briga que tivemos no ano passado dos
109 recursos que foram empenhados e teve devolução. O orçamento do início do ano até o primeiro trimestre
110 mantém igual. O orçamento total e empenhado apresenta variação significativa de 250 milhões. Se
111 analisarmos que o ano tem quatro trimestres daria um milhão. Disse que estamos com empenho de
112 quase seis meses e precisamos saber o que significa isso. Em relação aos gastos, 40% do empenho já
113 estão empenhados. Ou seja, 40% dos recursos da SES já se encontram empenhados. Ainda, os
114 pagamentos efetuados no primeiro trimestre correspondem a apenas 16%. Disse que se o ano tem quatro
115 trimestres e se multiplicarmos isso por 16 não dão 100% dos recursos ainda. Disse que está havendo
116 baixo pagamento e o que significa necessita de melhor análise. Quanto ao orçamento de 2007, em
117 relação aos vários problemas, apresentou em gráficos, sendo amarelo o empenhado e o branco o pago.



SUS

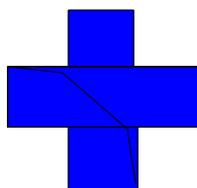
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

118 Disse que recebeu a informação que é dado prioridade aos empenhos em alguns programas para que o
119 recurso seja garantido. Disse que interpretaria isso que alguns programas são prioritários em termos de
120 empenhar gastos, quais sejam: atenção básica que quase 75% dos recursos estão garantidos
121 (empenhados), implementação do processo de gestão do SUS, apoio administrativo e média e alta
122 complexidade. Disse que a SES estabeleceu estas prioridades, mas que precisamos saber se isto condiz
123 com as prioridades do Conselho. Disse que escolheu o Programa que se refere a Atenção Básica, que é
124 uma prioridade do Conselho, para fazer melhor análise. Disse que são mais de 300 tarefas para serem
125 executadas. Para o próximo trimestre a intenção da Comissão é colocar neste programa aquilo que foi
126 cumprido ou não, de acordo com a programação. Disse que observaram no programa a existência de
127 4.200 diárias, totalizando 400 mil reais para a atenção básica. Multiplicando, serão 30 viagens por ano em
128 cada município. Disse que não é muito se dividir por 12 meses, dará três viagens por mês para cada
129 cidade. No entanto, disse, que os gastos são significativos. Disse que com a nova metodologia em termos
130 de construção do PTA os programas foram rearranjados e os projetos readequados aos programas,
131 interrompendo assim a série histórica que veio complicar a análise de um ano para o outro. Disse, mas
132 podemos afirmar que alguns programas da gestão básica, como índio e idoso, sofreram incremento nos
133 recursos, porém nada foi pago, embora o recurso esteja garantido. Em relação as auditorias, disse que a
134 auditoria deverá encaminhar para o Conselho todas as conclusões de auditoria, principalmente levando-
135 se em conta que a Comissão de Monitoramento visita os municípios e precisa levar estes resultados e
136 para ficar bem informada do que está acontecendo no município. Abrindo os debates, **Conselheiro**
137 **Carlos Eilert** se referiu ao relatório da auditoria. Disse que necessita saber o que foi feito pela gestão.
138 Pois, uma denúncia se refere ao acúmulo de cargo e função por parte de profissionais enfermeiros em
139 Tangará da Serra e na conclusão a auditoria encaminhou para o gestor. Informou que sabe que existem
140 outros casos iguais a este, citando o caso que chegou neste Conselho de médicos com cinco empregos.
141 Disse que precisamos saber o encaminhamento que o gestor tomou perante a lei. Analisaram que se no
142 primeiro trimestre empenhou apenas 16% é por que está faltando planejamento, pois poderíamos ter
143 empenhado 25% em cada trimestre. Considerou grande o volume de diárias citado pelo Conselheiro, uma
144 vez que existem municípios cujos hospitais não conseguiram colocar a porta, pois não se realiza o
145 empenho para isto, citando o caso do município de Peixoto de Azevedo onde o prefeito mandou colocar a
146 porta com recursos próprios. Disse que as viagens poderiam ter a frequência de doze. **Conselheira Lilia**
147 **Suely** disse com relação às diárias que o volume causaria menos impacto se tivéssemos um espelho
148 para visualizar os resultados alcançados. Mesmo que fossem utilizadas 40 diárias, desde que tivessem
149 reflexo positivo sobre isso, não teria problema. Com relação ao projeto sobre locação de veículos que não
150 traz o nome da empresa. Disse que todos sabem que a empresa que ganhou a licitação, mas não
151 conseguiu garantir a entrega dos veículos. Disse que iria pedir vistas neste projeto e também nos projetos
152 2970 e 3741 cujas dúvidas esclareciam com a área técnica. **Presidente** disse que a sessão é apenas
153 para esclarecimento e encaminhamentos. Por isso, o relatório não será colocado em votação e que não
154 caberia o pedido de vistas e que os esclarecimentos fossem feitos nesta sessão. **Conselheira Lilia Suely**
155 disse que estava solicitando esclarecimentos sobre a locação de veículos com o nome da empresa. Com
156 relação a UTI (aérea) também solicitou esclarecimentos, pois houveram denúncias. Com relação ao



SUS

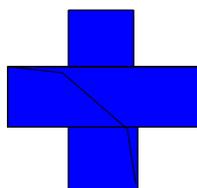
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

157 projeto 2970, atenção as pessoas com deficiência, solicitou informações onde serão aplicados os
158 recursos tendo em vista que foram aumentados. Em relação ao projeto 3741 necessita ser mais bem
159 esclarecida. O Auditor da SES, **senhor Eriberto**, disse, com relação aos encaminhamentos da Auditoria,
160 que a angústia não é apenas do Conselho. Disse que apuram as denúncias e as encaminham aos órgãos
161 competentes. Disse que cópias das denúncias são encaminhadas para o Conselho quando envolvem
162 questões atinentes aos CMS, que devem ser monitorados. Quando a denúncia é de pertinência grave é
163 remetida cópia para o gestor para tomada de providencia e para o CMS para acompanhamento. Disse
164 que na maioria dos casos desse relatório é solicitação do MP. Citou o caso de Tangara da Serra, disse
165 que foi uma denúncia anônima onde uma enfermeira estava com sobreposição de horário. Disse que
166 após apuração, constataram que a denuncia era impropriedade. Disse que a angústia irá terminar, pois
167 participaram de seminário de gestão estratégica a participativa, onde o MS tem projeto para implantar o
168 SISAUDIO neste Estado e em Cuiabá, quando todas as auditorias realizadas pelo componente estadual
169 que não envolvendo sigilo serão disponibilizadas por um programa de computador e que a população
170 poderá ter acesso. Disse que o SISAUDIO será implantado em Várzea Grande, Rondonópolis e
171 Sinop. **Senhor Manoel**, Coordenador Administrativo, esclareceu sobre a locação de veículos. Disse que o
172 contrato de 10 camionetes, mas no final de dezembro de 2007, devolveram os veículos, por não haver
173 necessidade de ocupá-los, pois não teria viagens no período. No início do ano, quando disseram à Quality
174 que deveriam devolver as camionetes à SES, a empresa disse que o contrato havia vencido ou
175 interrompido devido à devolução. Disse que hoje tem seis camionetes que conseguiram através de novo
176 contrato. **Conselheira Lilia Suely** disse que se houve quebra de contrato a empresa deve ser penalizada.
177 Disse que é complicado afirmar que não há necessidade, tomando como exemplo as dificuldades
178 enfrentadas pelo Conselho para as reuniões de Comissão, por exemplo. **Senhor Manoel** disse que neste
179 mês tem 134 viagens exceto as demandas que chegam emergenciais. Disse que a falta de necessidade é
180 por que no final de dezembro não há viagens, janeiro e fevereiro o orçamento ainda está fechado. Disse
181 que a frota está sucateada, cujos carros têm tempo de oito anos. Disse que pagaram apenas pela locação
182 das diárias de carros locados. **Conselheira Lilia Suely** disse que o Pleno deve discutir a situação dos
183 transportes, não apenas de veículos, mas de avaliação dos recursos humanos motoristas que necessitam
184 de acompanhamento que é responsabilidade da SES. Disse que a decisão de devolver os carros gerou
185 prejuízos aos trabalhos da SES. **Conselheira Carolina Vicente** disse que o contrato de locação está
186 sendo analisado juridicamente e possivelmente será aberto processo administrativo para a empresa se
187 defender e logo que tenha resultado encaminhará copia ao Conselho. **Conselheira Lilia Suely**
188 encaminhou que a conclusão do processo deve ser remetida ao Conselho. **Conselheiro Carlos Eilert**
189 sobre a questão da UTI esclareceu que o governo tomou a providencia de multar a UTI aérea. Perguntou
190 se a empresa Quality é a mesma Sinal Verde. Disse que se empresa que ganhou a manutenção dos
191 veículos for a Domani, ela não está fazendo a manutenção. Ela sublocou. Disse que tem fotografia de
192 carro que deveria ser consertado carburador, mas foi mexido no câmbio. Disse que fez a denúncia para o
193 Secretário Carlos Capistrano. Destacou veículos que são encaminhados para lâmpada e retornam sem
194 ela. Disse que há confiança na empresa e quer saber as providencias que estão sendo tomadas.
195 **Secretário Carlos Capistrano** disse que esta é uma situação que tem preocupado a SES, mas ela deve



SUS

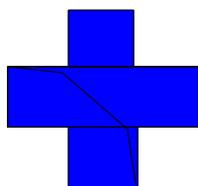
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

196 aderir ao processo da SAD. Ainda mais empresa de auditoria que faz acompanhamento da frota. Disse
197 que desenvolveu trabalho no sentido de fazer mudança no modelo de administração da frota e não sabe
198 se isto vai ser levado em frente pelo Governo. Com relação à locação está com processo de locação de
199 45 veículos, sendo substituídos 28 veículos que não tem condições de manutenção que empate com o
200 valor do veículo. **Lucinéia Soares** disse que quando inicia a execução orçamentária o empenho pode ser
201 de três tipos: ordinário quando tem certeza do valor, estimativo quando a despesa é variável e global
202 despesa com manutenção, fundo a fundo. Disse que Programa de Saúde da família teve seus recursos
203 empenhados até o mês de agosto, mas o estado não paga tudo de uma vez, ele espera que os
204 municípios cumpram as portarias. Justificou, com relação às diárias, que a supervisão que determinará se
205 o município está apto ao recebimento dos incentivos de acordo com os critérios das portarias. São os
206 ERS que fazem estas supervisões. A quantidade de diárias aumentou atendendo ao encaminhamento do
207 próprio Conselho, finalizou. **Conselheira Lilia Suely** teceu considerações a respeito do atendimento
208 especializado a pessoas com deficiência. Disse que em Cuiabá e nos municípios estão sentindo
209 dificuldades. Disse que todas as entidades vão se organizar para chegar em Cuiabá e discutir com a
210 Mesa Diretora para que seja contemplada na reunião do Conselho pauta sobre a questão, pois não estão
211 conseguindo agendar no órgãos, sequer o atendimento inicial, no balcão, pois não está sendo cumprida a
212 lei, que dispõe que o deficiente tem prioridade em todo tipo de atendimento. Como relatório trata de
213 ampliação do atendimento especializado, disse que este é o mais difícil de conseguir. **Representante do**
214 **Cridac** disse para a Conselheira que quanto ao seu pedido de discriminação (dos serviços) poderão
215 encaminhar no relatório do segundo trimestre. **Conselheira Lilia Suely** disse que isto já havia sido
216 prometido na reunião de dezembro de 2007, mas não foi sequer encaminhado para a Secretaria
217 Executiva. **Conselheira Maria Aparecida** esclareceu que nas reuniões das Comissões foi entregue a
218 todos os Conselheiros que estavam presentes. A Coordenadora de Provimentos da Superintendência de
219 Gestão de Pessoas, **senhora Adriana**, esclareceu com relação ao acúmulo de cargos, que foi
220 determinado junto com o Secretário de Saúde a notificação de duplos vínculos dentro da SES. A previsão
221 é que este trabalho seja concluído até o mês de julho. **Conselheira Maria Aparecida** disse que teve
222 dificuldade de ler o documento, solicitou clareza na metodologia para ser mais transparente. Quanto à
223 questão dos lábios leporinos, conforme o assunto foi encaminhado pelo Conselho, disse que tem
224 conhecimento de repasse a título de incentivo de 620 mil reais, mas não está conseguindo ver isto no
225 documento. Perguntou como são feitos convênios de incentivos. **Conselheiro Jacy Leopoldino** disse
226 que os 620 mil reais são relativos a parcelas atrasadas de 2007. O HJUM ainda não se manifestou até o
227 momento para as questões de cirurgias. Com relação a saúde da população indígena, está empenhado
228 apenas 18 mil reais, mas não foi feito nenhum pagamento. Com relação aos consórcios, tem empenho de
229 8 milhões. Sabemos da contrapartida do estado e dos municípios, mas quanto ao repasse estadual deve
230 ser devidamente monitorado, pois os consórcios se tornaram um lobby. Com relação aos
231 hemocomponentes e hemoderivados tem 11 milhões orçados, mas já foram empenhados 9 milhões em
232 três meses foram pagos 4 milhões, significando dizer que o orçamento previsto será insuficiente. O
233 Superintendente de Planejamento, Orçamento e Finanças, **senhor Donizete**, disse que não tinham
234 finalizado o convenio com o HGU e agora foi finalizado em pago em 2008. **Conselheira Maria Aparecida**



SUS

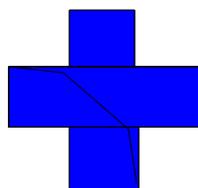
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

235 entreviu dizendo que o documento diz que é um repasse para cobrir do mês quatro ao mês dez. Disse que
236 não é nenhuma questão pendente do ano passado. Disse que o encaminhamento que o Conselho fez
237 sobre os lábios leporinos, não foram rediscutidos por este Pleno. Disse que quando a SES celebra
238 convenio de incentivo que não foi deliberado no Pleno, onde poderá fazer esta leitura com clareza e
239 transparência no relatório, pois apenas assim fará controle social e reiterou que isto não é do ano
240 passado. **Senhor Donizete** reiterou que somente agora o convênio foi finalizado e pago. **Conselheira**
241 **Maria Aparecida** disse que encaminhará seu questionamento por escrito. Mas, insistiu, como poderá
242 visualizar os convênios novos e incentivos neste documento. **Senhor Donizete** convidou a Conselheira
243 para visitar a Superintendência para que suas dúvidas possam ser sanadas. **Lucinéia Soares** disse que
244 esta metodologia foi criada em conjunto com a sua Coordenadoria e sabem que precisam avançar nestes
245 relatórios trabalhando com as comissões que devem trabalhar com vistas a melhorar o atendimento as
246 análises. Com relação a saúde no sistema penitenciário existe cooperação entre SES e SEJUSP que
247 executa as despesas. Com relação aos consórcios, o empenhado é para atender ao período. Disse que
248 precisamos controlar e avaliar melhor os consórcios. A SES está tentando melhorar estes instrumentos,
249 através de portaria. **Conselheiro Joacy Leopoldino** perguntou como que a SES pode repassar uma
250 responsabilidade que é sua para a Justiça. Encaminhou pauta sobre esta questão. Com relação a
251 questão indígena, sempre batalhou sobre um representante indígena no Conselho, mas ele não tem
252 nenhum encaminhamento ou projeto no Conselho. **Senhor José Neto** respondeu sobre a questão dos
253 hemoderivados. Disse que a proposta inicial foi em torno de 21 milhões de reais e a SES para atender
254 aos critérios dos órgãos sistêmicos ocorreram cortes. Disse que certamente terão problemas em relação
255 a recursos. **Lucinéia Soares** disse que quanto a isto é colocado de acordo com a produção da Unidade,
256 por isso esse valor (11 milhões). Na SES chegaram a conclusão que deverão aumentar esta receita.
257 **Conselheiro Joacy Leopoldino** disse que caso não ocorra esta suplementação os hostomizados correm
258 o risco de ficarem sem bolsas, seringas. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que na fala da Conselheira
259 Maria Aparecida disse que devemos reforçar o encaminhamento feito pela Comissão de Planejamento e
260 solicitar as copias de todos os convênios e aditamento. Disse que na sua opinião foram pagos ao HGU
261 parcelas de janeiro a março. Disse que precisamos analisar e o CES não pode ser o ultimo, a saber, das
262 coisas. Disse que o HJUM precisa se posicionar. Disse que para monitoramento e avaliação da atenção
263 básica tem 596 mil reais do Ministério da Saúde, por que somente está empenhado apenas 2.75% da
264 verba. Por que no relatório não consta os gastos com os cursos, mas apenas com a gestão
265 administrativa. Os cursos estão acontecendo, mas os gastos não aparecem. Disse, frente a tudo que
266 escutamos com entraves que fosse reforçado em nota na imprensa que a SES tem que gerir o próprio
267 orçamento. Isto é o que discutimos nos CMS. Disse que uma coletiva na imprensa acabará com todos os
268 problemas que estão acontecendo. O Conselho precisa decidir sobre isto através de resolução. Disse que
269 tem prego que até hoje não foram concluído e já se passaram seis meses do inicio dele. **Lucinéia**
270 **Soares** esclareceu com relação aos recursos da fonte 112 que tiveram alguns problemas com relação ao
271 PROESF. Disse que quando da elaboração do PTA restou dúvidas se deveriam ou não colocar estes
272 recursos. Os técnicos consultaram o Ministério da Saúde e foi garantido que os problemas seriam
273 resolvidos. Mas obteve a informação que a receita ainda não se realizou e não fecharam como vai ficar o



SUS

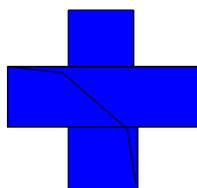
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

274 PROESF. Sobre esta fonte as questões estão em aberto. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que então são
275 47% dos gastos e não 2.75%. Pelo total, se não o dinheiro faz-se uma observação dizendo que o recurso
276 não foi disponibilizado pelo Ministério da Saúde. Observou que a VISA tem muito dinheiro e pouco gasto.
277 Disse que no Fórum de VISA do Centro Oeste foi informado que tem estado que está quase fazendo
278 devolução de recurso. **Marta Bumlai** teceu o seguinte comentário: quando se gasta muito, reclamam; e
279 quando se gasta pouco também reclamam. Disse que a ESP tem executado vários cursos. Porém,
280 principalmente os cursos de pós-graduação, comparando anteriormente que faziam edital para seleção,
281 hoje estão utilizando dentro do próprio quadro da SES que voluntariamente ministram aula, sem custo
282 financeiro. Quanto aos cursos de formação, passaram por um processo de credenciamento da ESP e
283 não podiam começar cursos sem o mesmo e tão pouco sem a aprovação dos planos de cursos pelo
284 Conselho Estadual de Educação. Os cursos de ACS estão acontecendo de acordo com a capacidade de
285 cada município. Aquele que tem profissional na atenção básica e participou do processo seletivo de
286 docentes, estão começando. Já tem empenhos para estes profissionais. (fala do Conselheiro Carlos Eilert
287 sem microfone). **Lucinéia Soares** disse que além desse projeto da ESP de Gestão Administrativa ela
288 gerencia mais dois: fomento a pesquisa e formação dos trabalhadores. Coordenador de Vigilância
289 Sanitária, **senhor Fábio**, disse que os recursos estão trazendo da FIOCRUZ, por isso está separado do
290 orçamento da SES, não estão trabalhando com ele. **Conselheiro Carlos Eilert** perguntou se este curso
291 foi aprovado pelo Conselho. **Senhor Fábio** respondeu afirmativamente quando foi aprovado o PTA.
292 **Conselheiro Carlos Eilert** disse que se a SES não é a ordenadora de despesas, ficamos a mercê do
293 Estado, da Fazenda. **Senhor Fábio** reiterou com relação ao orçamento que não corremos o risco de
294 devolver dinheiro. Com relação a falta de inspeção da VISA no trimestre disse que já solicitou por varias
295 vezes a criação de uma Comissão do CES para a VISA, pois existem questões que precisam ser
296 discutidas. **Senhor Benedito Oscar** complementou ao Conselheiro Carlos Eilert que a VISA é
297 descentralizada com repasse fundo a fundo. Disse que os trabalhos do Estado são de supervisão. Disse
298 que o nível central recebe toda a demanda da baixada Cuiabana. Disse que os ERS procedem da mesma
299 forma. Disse que aproveitam o inicio do ano para trabalhar as questões internas e que o trabalho não
300 pára nunca. Disse que estamos com 54.36% de execução da VISA, fonte 240. **Conselheiro Antonio**
301 **Cordeiro** tratou sobre denúncias quanta cobrança indevida de internação pelo SUS em Sapezal e
302 também em Cuiabá. Sobre transplantes disse que estão empenhados 31 mil, pago 10 mil reais e que a
303 execução é de 42%. Disse que se isto for possível esclarecer, quer ser esclarecido. **Conselheira Suely**
304 **Correa** reforçou que faltou detalhamento no relatório. **Senhor Eliberto** disse que o denunciante não tem
305 o devido detalhamento de formalização de prova, qual seja recibo, cheque ou nota promissória. No caso
306 de Sapezal os pacientes foram atendidos pelo SUS, mas optaram em pagamento e depois denunciaram
307 que houve cobrança indevida. Disse que a Auditoria apurou e constatou que o denunciante assinou um
308 termo se comprometendo em pagar a complementação, por isso a denúncia foi improcedente. Disse que
309 a denuncia em Cuiabá, foi feita via Central de Regulação de uma possível cobrança pelo Instituto Lyon de
310 Visão. Foi apurada e considerada improcedente. Disse que está a disposição da Comissão de
311 Monitoramento para explicar cada denuncia. Disse que devido ao período eleitoral muitas são de caráter
312 eleitoral. Disse que se o relatório de auditoria não for bem realizado ele se torna um instrumento quanto



SUS

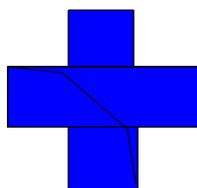
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

313 o próprio auditor e contra a própria Secretaria. A representante da Central de Transplantes, **senhora**
314 **Vera**, esclareceu que o valor empenhado corresponde as estratégias para formação de Comissão Intra-
315 hospitalar prevista em portaria para doação de órgãos e tecidos e com isso aumentar as notificações e
316 com isso efetive as doações. Disse que tiveram aumento significativo de doação de córneas. **Presidente**
317 esclareceu que quando o Conselho realiza uma sessão como esta é para obedecer a lei 8689/90 que
318 dispõe sobre a apresentação do relatório de execução trimestral no CES, e a com o Pacto a lei 1289 e
319 uma portaria do Gabinete do Ministro que também prevê esta apresentação. **Conselheiro Joacy**
320 **Leopoldino** disse que tem dúvida com relação a arrecadação da VISA com relação as multas. Disse que
321 tinha dúvida sobre a baixa arrecadação, mas de acordo com o senhor Fábio é feita através dos alvarás.
322 Como alguns estabelecimentos não têm alvarás, acabam ficando a deriva. Disse que a legislação deve
323 ser reformulada. Com relação a ESP perguntou por que os Conselheiros não são convidados para fazer
324 especialização e também por que elas não são divulgadas. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** voltou-se
325 para o programa 274. Observamos que a dotação inicial é de 40 milhões de reais. Disse que como o ano
326 tem quatro trimestres a previsão é gastar a cada trimestre 10 milhões. O programa já empenhou 70%
327 desse recurso para garantir que a atenção básica seja executada. Mas, o programa pagou cinco milhões
328 no primeiro trimestre multiplicado por quatro somam vinte milhões ano. Disse que no segundo trimestre
329 ele vai ter de gastar 10 milhões mais cinco milhões, quinze milhões para ficar equilibrado. O segundo
330 trimestre aproxima-se o processo eleitoral e há uma coincidência que reserva financeira para a atenção
331 básica. Disse que isto é preocupante para os Conselheiros. Disse que aprovaram o PTA que vai dizer
332 como vão gastar os 40 milhões. Se estamos falando de saúde da família este é o grande carro chefe e
333 que não abriria mão de entender como conseguiu funcionar com apenas cinco milhões. Disse que no
334 projeto reza a expansão e consolidação da estratégia de saúde da família, penhado 23 e pagos cinco
335 milhões, faltando nove milhões para gastar neste programa. Disse que vai haver expansão no 3º e 4º
336 trimestre. Quanto ao PASCAR tem programado três milhões/ano. Mas, empenhou 2 milhões e pagou 400
337 mil reais. Perguntou se isto tem reflexo em abandono ou se ele consegue funcionar com apenas 400 mil.
338 Quanto a saúde bucal tem previsto 6 milhões, foi empenhado quase 6 milhões, mas pagou 200 mil reais.
339 Disse que este programa está emperrado no estado inteiro ou se ele funciona com 200 mil reais. Disse
340 que o Conselho aprovou 600 mil para monitoramento e agora o governo resolveu abandonar isso. Disse
341 que devemos colocar este recurso no projeto priorizando a saúde da família. Se já está 'bagunçado' no
342 primeiro trimestre, como ficará no segundo em pleno processo eleitoral, avaliou. No projeto de
343 implementar política a saúde da mulher foi pago apenas 600 reais, perguntando se existe esta política.
344 No projeto de alimentação e nutrição não foi pago nada. Na política de atenção ao idoso pago 700 reais.
345 Saúde mental pago 1.500 reais. Para a população indígena nada foi pago e sistema penitenciário também
346 tem zero de pagamento. Disse que estava exigindo explicação concreta sobre o que está acontecendo no
347 programa de saúde da família, pois isto são recursos estaduais. Como não havia nenhum técnico da
348 Superintendência responsável por este programa, **Lucinéia Soares** disse que é preciso haver
349 entendimento com relação ao público, principalmente com relação ao orçamento público. Disse que foi
350 apresentado apenas o primeiro trimestre e que pela lei o estado só pode abrir orçamento após o
351 fechamento do balanço do ano anterior. Disse que a lei permite fazer empenho retroativo. Se a despesa é



SUS

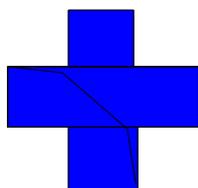
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

352 de caráter contínuo pode empenhar a partir de primeiro de janeiro, ou seja, fundo a fundo. Portanto, não
353 há vinculação com o processo eleitoral. Disse que não tem como apresentar neste relatório os
354 pagamentos que foram feitos posteriormente. Esses pagamentos vão aparecer no próximo trimestre.
355 Garantiu que o PSF, o PASCAR e a Saúde Bucal estão com os pagamentos regularizados. Disse que o
356 pagamento foi feito até o mês de abril. A saúde mental foi pago até o mês de maio. Reiterou que no
357 próximo relatório os Conselheiros poderão visualizar os pagamentos feitos até o mês de maio. Disse que
358 a atenção básica é estratégia de governo e que caso falte recurso ele irá complementar. **Conselheiro**
359 **Joao Dourado** perguntou se o estado está inadimplente com o Ministério da Saúde e que se está
360 recebendo recurso por força de liminar. **Carlos Capistrano** disse que temos uma definição de parâmetros
361 com relação aos 12%. O ano de 2007 foi fechado com 11.97% e é isto que estava sendo questionado.
362 Disse que o estado está coberto por uma legislação e isto foi negociado em Brasília. Disse que em pouco
363 tempo terão que se adequar aos procedimentos do Ministério. O índice do estado ultrapassará ao índice
364 do Ministério. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que quando foi aprovado o PTA está contemplado
365 garantir 100% dos incentivos estaduais para a saúde da família. Disse que orçamento está detalhado.
366 Sobre a hora/aula, pessoa física, são 190 horas a 124 reais, perguntou se a ESP vai coordenar o projeto.
367 Disse que o detalhamento existe e isto é o que deve reproduzir o orçamento. Disse que é isto o que a
368 Conselheira está pedindo, ou seja, o detalhamento. Disse que estão pedindo desde agosto de 2007 que
369 as Comissões funcionem tendo acesso ao PTA para avaliar a aplicação. Disse que não dá para discutir
370 se o valor da hora aula está caro, pois o Conselho já aprovou. O que deve ser discutido é o desenrolar e
371 isto vai ser possível através das Comissões. Disse que devemos dar um basta nesta situação, reformular
372 as propostas das comissões para entrar nas minúcias e encaminhar no pleno, pois elas têm distorções.
373 Fez apelo para que as Comissões se reestruturem. Disse que a CEIST fez o debate sobre o baixo
374 investimento na saúde do trabalhador e vai subsidiar o Pleno. Para o próximo trimestre a CEIST estará
375 recomendando ao Pleno alguns pontos. **Conselheiro Carlos Eilert** disse com relação a hora/aula
376 colocaria apenas o nome do verbo 'implementar'. Disse que ministrou aula na Política Militar durante 10
377 anos e como professor mestre ganhava 25 reais. Disse que o valor é o mesmo para todos. Disse que no
378 projeto de implementar política de atenção a saúde do idoso o valor da hora/aula é de 80 reais. Disse que
379 implementar não é curso. **Marta Bumlai**, disse que a lei 8151 estabelece o valor de hora/aula para
380 servidores públicos estaduais. Para cursos de pós-graduação o valor é 80 reais para doutor, 60 reais para
381 mestre, para formação é 25 reais. Disse que o valor que o Conselheiro recebeu está correto. **Presidente**
382 encerrou agradecendo a presença de todos e dos técnicos presentes. Nada mais havendo a ser
383 deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada às dezoito horas e trinta minutos e, após lida e achada
384 conforme, a presente ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo **Presidente Ah doc Edvande**
385 **Pinto de França**, pela Secretária Executiva, **Magaly de Souza** e pelos demais Conselheiros
386 presentes: **Ana Carolina Vicente**, **Leila Maria Boabaid Levi**, **Ingrid Handell**, **Elias Nogueira**
387 **Perez**, **Leandro Jubileu Zitelli**, **Alzita Leão Ormond**, **Maria Aparecida de Amorim Fernandes**, **Jucélia**
388 **Clara Nunes de Souza**, **Carlos Alberto Eilert**, **Jose Carlos Bazan**, **Joacy Leopoldino da Fonseca**,
389 **João Luiz Dourado**, **Lilia Suely Alves dos Santos**, **Suely Correa de Oliveira**, **Antonio Cordeiro**
390 **Sobral**, **Edenir Pereira da Silva** e **Naildo dos Santos**.



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342